AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: Desafios e avanços na Universidade Federal do Pará

Aline Pereira Almeida[1]

Maíra Fabiane Silva Ferreira[2]

RESUMO

A presente pesquisa é resultado das referências e estudos acerca da Política de Educação no Brasil, concomitante aos avanços neoliberais, no qual busca subsidiar as mudanças que atravessaram décadas até o momento atual. Possui também o intuito de elucidar a criação da Política Nacional de Assistência Estudantil, bem como analisar como tal política se estabelece na Universidade Federal do Pará, sob orientação da Superintendência de Assistência Estudantil. O surgimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) este que definiu como prioridade concentrar seu trabalho na identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante. Considerando a importância e dimensão em números da Universidade Federal do Pará (UFPA), a pesquisa objetiva compreender o serviço de assistência estudantil nessa instituição: a Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST).

Palavras-chave: Assistência Estudantil 1; Universidade 2. Estudantes 3.

ABSTRACT

This research is the result of references and studies on Education Policy in Brazil, concomitant with neoliberal advances, to which search to support the changes that have crossed decades to the present moment. It is also intended to elucidate the creation of the National Student Assistance Policy, as well as to analyze how such policy has been established at the Federal University of Pará, under the guidance of the Superintendency of Student Assistance. The emergence of the National Forum of Pro-Rectors of Community and Student Affairs (FONAPRACE), which was defined as a priority to concentrate its work on identifying reliable data to substantiate the formulation and elaboration of a proposal for a student assistance policy. Considering the importance and dimension in numbers of the Federal University of Pará (UFPA), the research objective is to understand the student assistance service in this institution: the Superintendency of Student Assistance (SAEST).

[1]Assistente Social no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, álcool e outras drogas da Escola de Governo da Fundação Oswaldo Cruz- EGV/Brasília; Bacharel; alialmeida00@gmail.com

[2] Assistente Social no Programa de Residência Multiprofissional de Clínica Integrada pela Universidade Federal do Pará -UFPA; Bacharel; fabiane.maira@gmail.com

Keywords: Student Assistance 1. University 2. Students 3.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a Universidade e suas complexas determinações possibilita realizar diversos estudos, dentre eles, a recorrente necessidade dos/as discentes em ser assistidos/as nas variadas condições, sejam estas financeiras, alimentação, moradia, apoio didático e sobretudo, na saúde. Neste eixo temático, a referida pesquisa objetiva conhecer a importância da assistência estudantil como Política de Educação, especialmente na Universidade Federal do Pará.

Chauí (2003) considera a Universidade uma instituição social que exprime a estrutura e o funcionamento de uma sociedade como o todo, caracterizada pela sua diferença em ser uma instituição com autonomia diante de outras instituições sociais, além desta representar a ideia de democracia em suas instâncias.

A universidade possui assim, para a autora, um caráter plural e representativo da sociedade. No entanto, diante da conjuntura neoliberalista que assola nas últimas décadas vários setores da sociedade, dentre eles a educação, especialmente o ensino superior, sua autonomia e espaço democrático encontra-se em risco.

No decorrer dos anos, o Plano Nacional de Educação, aliado às propostas voltadas para a consolidação e eficiência do setor privado está marcado por lutas políticas acirradas em defesa da ampliação do financiamento junto ao Produto Interno Bruto do País, contrastando com a expansão precária das Instituições de Ensino Superior.

2 OS (DES)CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REUNI E PNAES

Nos anos 2000 a assistência estudantil passou por uma grande transição tendo sob foco dispor de medidas para garantir a estudantes de baixa renda, o acesso ao ensino superior. Em 2007, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão nas Universidades Federais (REUNI) o qual buscou ampliar o acesso e permanência no Ensino Superior. A partir do Decreto sob n° 6.096,

de abril de 2007, fica instituído “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, Marques (2014) destaca o processo de adesão a esse plano no âmbito das universidades. Segundo ele, a comunidade acadêmica reagiu aos eixos estruturantes, culminando em uma série de protestos, e demais mecanismos que não se limita somente à organização dos estudantes, mas também, de mobilizações sindicais.

A sistematização do Reuni ao longo dos anos recebeu diversas críticas, a exemplo da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES. Em 2013, foi publicado um Dossiê após denúncia de desvio de recurso público na UFPEL, bem como as condições precárias das universidades.

De acordo com o ANDES, a proposta do Reuni sequer viabiliza o planejamento adequado. Com a elevação da taxa de conclusão para 90% ampliou-se a precarização nas condições de trabalho de docentes, técnico administrativos, qualidade nos espaços físicos das Universidades dentre outros. O documento destaca ainda a suspeita em adesão ao plano de reestruturação, sem ao menos realizar consulta à comunidade universitária, promovendo contratação de professores/as substitutos/as e salas de aulas lotadas.

Ainda que tais denúncias são desveladas, surge a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa N° 39, de 12 de dezembro de 2007 e que em seu 2° art. “Se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior” (BRASIL, PORTARIA N° 39. 2007).

Nesse sentido é importante destacar que o PNAES também prevê a liberação de recursos governamentais às IFES, especialmente destinados aos programas de Assistência Estudantil (Assis 2013, p 30), conforme art. 3°, inciso 1° as ações [deveriam] ser destinadas à:

> I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, DECRETO N° 7234. 2010).

Segundo o relatório final produzido pela câmara dos deputados em conjunto com o Grupo de Trabalho destinado a avaliar desafios e a propor agendas para as instituições de ensino superior IES públicas (GT-IES) no ano de 2018, após ser reconhecida enquanto decreto pelo Governo sob o n° 7234 no ano de 2010, o programa se intensificou, porém grande parte de estudantes em situação de vulnerabilidade ainda permanecem fora do programa, que não apresenta força de lei sendo, portanto, passível de suspensão.

Diante da crise em âmbito da educação superior, aliada à fragilidade que a PNAES vem sofrendo, junto ao governo, urge a necessidade de efetivar a intersetorialidade entre as políticas sociais que reforcem a construção de uma sociedade mais democrática e mais igualitária (BARBOSA, 2012. p 19).

Nesse sentido, infere-se que a organização autônoma da universidade está centrada principalmente no setor mercadológico, o qual direciona sua ação em nível econômico. Segundo Chauí (1999, p .2) a autonomia universitária se reduz à gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho.

Assim os recursos podem (ou não) assumir aspecto tangível para a construção e gestão empresarial tornando a universidade, segundo Chauí (1999, p. 4-5) “donde o interesse pela ideia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas” que está no centro de disputa política. Nesse sentido, a autora apresenta dois modelos que resultam deste processo:

> A passagem da universidade de condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional. A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos (CHAUÍ, 1999, p.5).

Esses dois níveis de organização que ao priorizar a produtividade a partir da flexibilização, desconsidera a formação intelectual, introduzindo nas universidades a formação de grandes exércitos de reserva que estejam dispostos a ceder ao capital através da “universidade operacional que está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos” (CHAUÍ, 1999, p. 5).

Tais considerações se manifestam na quantidade de obrigações que os / as estudantes precisam dar conta durante os anos na graduação. De fato, os recursos (que ainda são) disponibilizados para a assistência estudantil não são a solução dos problemas, considerando o que realmente importa: a formação profissional e a permanência com equidade.

Contudo, até que ponto podemos refletir sobre o papel da universidade para a formação profissional e não enquanto produção em massa de mão de obra descartável fluindo sob o operacionismo o qual se tornou ao longo destes anos? No próximo subitem será discutido o modelo assistencial presente na Universidade Federal do Pará e seus rebatimentos.

3 A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará: Uma Análise da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) e do Programa Estudante Saudável (PES)

Considerada a maior universidade pública da região Norte, observando a avaliação sob os aspectos de ensino, pesquisa, mercado, internacionalização e inovação, segundo o ranking de 2018 pelo Datafolha. E figurando entre as IFES com maior número de estudantes assim como as Universidades Federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e fluminense (UFF) cada qual com mais de 47 mil estudantes de graduação presenciais ativos. (FONAPRACE/ANDIFES, 2019)

A Universidade Federal do Pará foi criada no ano de 1957 através da Lei 3.191 pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Onde reuniu algumas faculdades já existentes em Belém: Medicina, Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia, Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas e Contábeis e Autuarias.

De acordo com o anuário estatístico de 2018, ano base 2017, atualmente é composta por 15 institutos, 08 núcleos, 63 polos, 36 bibliotecas universitárias, 02 hospitais universitários e 01 escola de aplicação. Além de estar distribuída por 12 *campi*. A população universitária de acordo com os números oficiais até esse momento são de 61.501 (sessenta e um mil e quinhentas e uma pessoas). Sendo 54.161 (cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e um) o número de discentes de graduação entre: matriculados, ingressantes e concluintes nesse período.

O tripé entre ensino, pesquisa e extensão conforme exigem-se nos documentos legais e na Constituição aparecem como princípios da UFPA, assim como a:

> Universalização do conhecimento; O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; O pluralismo de ideias e de pensamento; O ensino público e gratuito; A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; A excelência acadêmica; A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. (PDI, 2015, p.32)

A primeira medida para assistência estudantil, foi a criação na universidade da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil da Pró-reitora de Extensão (DAIE/ PROEX), em 2007 para atender os diversos aspectos relativos à política de assistência aos estudantes, de acordo com o site oficial da instituição. Observamos a conjuntura política em que foi instituída, situada no primeiro governo Lula 2003-2011. Concomitante ao período de instituição do Programa REUNI onde teve por proposta a "democratização" do acesso à universidade.

Com o decreto da PNAES em 2010 pela presidência, a UFPA consolidou e efetivou de fato a assistência estudantil com a criação da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST). A partir das Resoluções nº 762 e nº 763 em 20 de outubro de 2017. Sendo um órgão auxiliar da Administração superior e parte integrante da Reitoria. Além disso, extingue-se nesse momento a Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) e todas as atividades vinculadas a ela passam para competência da SAEST.

Além do *campus* Belém (cidade universitária), a SAEST desempenha suas atividades nos demais *campis* por meio da Divisão de Assistência Estudantil (DAEST) tendo uma subunidade administrativa ligada ao *campus* de origem, no entanto, que são orientadas em suas atividades pela SAEST.

A SAEST visa propor, acompanhar e avaliar a política e assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes, conforme afirma o PNAES. Pois a partir do ingresso cada vez maior de uma camada social que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que carece de medidas que garantam sua permanência com qualidade e efetividade, medidas foram sendo exigidas. São responsabilidades da SAEST:

> I –Definir e elaborar política e metas para a Assistência Estudantil, em consonância com as diretrizes nacionais; II –Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades referentes às políticas de assistência, integração e inclusão do discente, em articulação com as unidades acadêmicas; III –

> Apresentar anualmente relatórios anual de ações vinculados ao PROAIS (UFPA, 2017b).

Nota-se que a Política de Assistência Estudantil como uma Política de Educação responde também as perspectivas da Política Social. Pereira (2011), ressalta que a política social nos últimos tempos passou a ser um assunto mais falado e que contemporaneamente associou-se às políticas públicas, necessidades sociais e direitos de cidadania. A autora ainda observa que:

> [...] No entanto, o que chama a atenção nessa tendência é que o destaque dado ao *social* e a dimensão *pública* da política está ocorrendo numa época regida pela ideologia neoliberal em que a *política* como indicação de governo socialmente ativo e responsivo tornou-se um anacronismo. (PEREIRA, 2011, p.163)

Compreende, ainda, dentro das várias perspectivas consideradas acerca de política social, como está sendo resultado das relações dialeticamente contraditórias entre estrutura e história e, portanto, de relações - simultaneamente antagônicas e recíprocas - entre *capital versus trabalho*; *Estado versus sociedade.*

As ações alcançadas dentro da política social, segundo Behring (2009), são consequências das múltiplas determinações da sociedade, ainda afirma que a política social não se fundou e nem se funda sob capitalismo na perspectiva da distribuição de renda e riqueza. Segundo ela

> [...] Percebe-se que a economia política se movimenta historicamente a partir das condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas historicamente, na relação desses processos na totalidade. [...] (BEHRING, 2009, p. 36)

Enquanto o que está descrito apenas como Assistência Estudantil são projetos e atividades, tais como: Projeto de Acessibilidade aos Discentes PCD; despesas do funcionamento do restaurante universitário, contratação de prestação de serviços e

manutenção de equipamentos do mesmo; Programa Estudante Saudável, manutenção moradia do estudante, Projeto de inclusão cidadã; contratação de locação de estudante universitária ; locação de imóvel; Projeto de integração estudantil, acesso igualitário e formação acadêmica. Quanto aos recursos destinados a fomentação de ensino, pesquisa e extensão, estão especificados somente no PGI 2019. Desta forma não aparecem no ano de 2017 e 2018.

A SAEST encontra-se dividida de acordo com dois eixos centrais dentro Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS): a Assistência Estudantil e a Integração Estudantil. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2025, em relação à assistência estudantil o objetivo é criar condições de acesso e aproveitamento para formação acadêmica, de discentes em vulnerabilidade socioeconômica, através de auxílios financeiros (subsídios diretos) que garantam a permanência deste aluno. Tais como permanência, moradia, intervalar, kit acadêmico, kit PcD, acesso às línguas estrangeiras, casa do estudante, estudante estrangeiro, creche, instruir, de taxa zero e de Bolsa Permanência/MEC. Em relação à integração estudantil, com mesmos objetivos almejados, são concedidos, no entanto, serviços (através de subsídios indiretos). A PROAIS objetiva, assim, viabilizar e oportunizar a permanência e formação acadêmica, como direito social.

Atendendo ao que preconiza o PNAES, (BRASIL, 2007, ART. 3º, INCISO IV) quanto uma das ações a serem desenvolvidas nas IFES, a assistência à saúde se pratica através do Programa Estudante Saudável e a Rede de Apoio Psicossocial aos Estudantes de Graduação da UFPA, que está diretamente ligada ao eixo de integração estudantil. O objetiva a prestação de serviço na área de saúde física ao discente de graduação, em âmbito individual e coletivo, abrangendo à assistência e atendimento médico, com prevenção de agravos; diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade , visando o bem-estar discente e sua qualidade de vida, contribuindo para sua permanência até a integralização do seu curso. A Rede de Apoio Psicossocial aos Estudantes de Graduação da UFPA (PROREDE) objetiva realizar de forma sistemática assistência, com: atendimento/ acompanhamento psicossocial,

diagnóstico para prevenção/promoção da saúde mental, visando a redução dos quadros de sofrimento psíquico dos (as) discentes visando a melhoria da qualidade de vida e desempenho acadêmico.

4 A Assistência estudantil a saúde dos discentes nas instituições de ensino superior: Análise dos relatórios do FONAPRACE/ ANDIFES

Conforme foi ressaltado anteriormente uma das prerrogativas que a PNAES estabelece como ação a ser desenvolvida, é a assistência à saúde do (a) estudante que foi implementada em alguns Institutos Federais, embora com diferenças e variedades nos serviços ofertados.

Bleicher e Oliveira (2016) apontam graves equívocos que surgem da PNAES em particular quanto à assistência à saúde na medida em que, não há um programa de capacitação de técnicos/as quanto aos mecanismos de consecução dos objetivos do Programa. Os técnicos que estavam ligados ao MEC à época, não possuíam formação ou perfil de atuação na saúde. Além de não terem sido estabelecidas metas a serem cumpridas, poucos gestores voltaram as ações no sentido de promoção e prevenção à saúde além de integração à rede de saúde pública municipal.

> Mas há aqui uma questão que precede as conclusões a respeito da suficiência da verba frente à demanda. Se não há um delineamento claro para os investimentos financeiros em cada área proposta no PNAES, não há garantias de que haja equidade entre as áreas. O comum é a priorização de algumas dessas áreas, especialmente alimentação, transporte e moradia, em detrimento de outras também comprovadamente relevantes, como a saúde (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016, p.546).

Outra crítica realizada por Bleicher e Oliveira (2016) é quanto a uma não regulação específica para as ações definidas na PNAES, permitindo para que cada instituição organize de acordo com as necessidades locais. Ficando em aberto ainda mais as questões referentes em como irão se implementar no cotidiano dessas instituições.

O FONAPRECE/ ANDIFES realizam desde 1996 a Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos (das) estudantes de graduação das IFES. Cujo objetivo, consiste em traçar a representação de quem são esses discentes para elaboração de políticas sociais que contribuam em sua permanência dentro das IES.

A mais recente pesquisa, V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior referente ao ano de 2018, traz dados relativos ao perfil básico como: moradia, origem familiar, trabalho, histórico escolar, vida acadêmica, atividades culturais, saúde e qualidade de vida e, finalmente, dificuldades estudantis e emocionais. (ANDIFES, 2019).

São dois os achados que a pesquisa faz destaque neste período. Primeiramente, o crescimento do número de estudantes que correspondem ao público-alvo do PNAES: estudantes de cursos de graduação presenciais com origem em escola pública ou com renda mensal familiar per capita de até 1 e meio salário mínimo. Foi atingido o patamar inédito de 70,2% de discentes com este perfil. O segundo grande achado é o percentual de estudantes autodeclarados (as) negros (as). Pela primeira vez, desde que as pesquisas de Perfil da ANDIFES foram realizadas, a maioria absoluta é negra, alcançando 51,2% do universo

A categoria relativa à saúde e qualidade de vida dos estudantes traz questões quanto a interpretação dos hábitos estudantis relativos à saúde, desde a alimentação aos cuidados médicos até as dificuldades emocionais e situações vividas que possam afetar suas trajetórias.

Na busca por atendimento médico, incluindo assistência preventiva, a maioria absoluta recorre à rede pública de saúde (53,6%), enquanto 35,6% buscam a rede particular mediante planos de saúde; 4,1% a rede particular sem planos de saúde; 2,7% a serviços de saúde oferecidos pela própria universidade; 1,2% procuram ajuda informal a amigos ou familiares. E 2,9% disseram não recorrer a nenhuma das opções acima.

Pouco mais de ¼ indicaram que sua instituição não oferecia condições suficientes para a prática de atividade física. Observa-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam também os maiores percentuais de não praticantes de atividades físicas.

A pesquisa também mostra que no período em que as IFES aumentaram suas ações em torno do problema da saúde mental, como, por exemplo, a adesão às campanhas denominadas “Janeiro Branco” e “Setembro Amarelo” que visam conscientizar a comunidade acadêmica sobre adoecimento mental, sofrimento psíquico e suicídio, dados sobre atendimento psicológico passam a ser fundamentais. Dados mostram 32,4% da população-alvo estiveram ou está em atendimento psicológico (uma diferença de 1,9 próximo em relação a 2014): 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico.

Dessa forma, a pesquisa do FONAPRACE demonstra que cada vez mais as classes mais desprovidas de condições socioeconômicas da sociedade estão tendo acesso à universidade ao mesmo tempo em fazem uso e necessitam de serviços assistenciais. Bem como a saúde como uma maneira para garantia da permanência desses estudantes.

Bleicher e Oliveira (2016) fazem uma ressalva quanto às necessidades de melhorias nos âmbitos político, acadêmico e técnico no sentido de assistência à saúde estudantil. No que se refere à política, dizem ser necessárias sistematizações que alcance a distribuição de recursos à saúde e à inclusão de discentes de pós-graduação ou a criação de uma assistência específica já que não se incluem dentro da PNAES. No âmbito acadêmico, observam como necessárias dadas as diferenças entre os/as estudantes nas IFES, pesquisas que elucidem a criação de programas e ações de saúde necessárias à situação pertinente.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos a importância da assistência estudantil, ainda que com alguns percalços e dificuldades em contemplar boa parte da população acadêmica. Mais importante ainda salientar dado período histórico atravessado, a pandemia pelo COVID-19. Onde se faz de extrema importância a política de assistência estudantil como apoio e direito a estudantes, principalmente aqueles com dificuldades econômicas mais urgentes. Seja com auxílios a moradia, renda, alimentação, orientações pedagógicas e saúde.

REFERÊNCIAS

ANDES. Precarização das condições de trabalho I. Revista Andes especial. Abril, 2013. Disponível em: http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1904651914.pdf

BARBOSA. Carlos Daniel. Assistência Estudantil: compromisso do serviço social com o ensino superior. 2012. Disponível em:https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=20626@1

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLEICHER, Taís; DE OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno. Políticas de assistência
estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, n. 3, p. 543-549, 2016. BRASIL.

BRASIL. Decreto n° 6096 de 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm

BRASIL. Decreto n° 19.850 de 11 de abril de 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em 29/04/2019.
86

BRASIL. Portal FIES. Disponível em: http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies. Acesso em 25 de março de 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?

option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Prouni Portal Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html. Acesso em 25 de março de 2019. BRASIL. Reestruturação e expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais. Agosto, 2007. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf

BRASIL. Sinopses estatística da educação superior. Disponível em: http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior. Acesso em 25 de março de 2019.

BRASIL. MEC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–Lei 9.394/96. Brasília: MEC, 1996. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Grupo de Trabalho destinado a avaliar desafios e a propor agenda para as instituições de ensino superior (IES) públicas. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-52875608.pdf.

CHAUI, Marilena. UNIVERSIDADE OPERACIONAL. Avaliação - Revista Da Avaliação Da Educação Superior, v. 4 n. 3, 1999. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063a

CHAUÍ. Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista brasileira de educação, v. 24, p. 5-15, 2003.

FONAPRACE. V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais do Ensino Superior Brasileiras. Brasília, 2019.

MARQUES. Sebastião Rodrigues. O programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa. 2014. Disponível https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7467/2/arquivototal.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria normativa n° 39. 12 de dezembro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

PEREIRA, Potyara AP. Política social: temas & questões. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA 2018. Disponível em: https://ruf.folha.uol.com.br/2018/o-ruf/ranking-universidades/. Acesso em 20 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Anuário UFPA. Disponível em:

http://www.ufpanumeros.ufpa.br/images/ufpa_em_numeros/2018/

UFPAEMNUMEROS2018_final.pdf. Disponível em: http://www.anuario.ufpa.br/

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. DAIE- Política de Assistência. Disponível em: http://proex.ufpa.br/antigo2/index.php/politicadeassistencia. Acesso em 20 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Histórico e estrutura. Disponível em: https://www.portal.ufpa.br/index.php/universidade. Acesso em 20 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível https://www.portal.ufpa.br/images/docs/PDI_ 2016-2025.pdf. Acesso em 20 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Plano de Gestão Orçamentária. Disponível em: http://www.proplan.ufpa.br/index.php/pgo. Acesso em 21 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Relatório SAEST 2016. Disponível em: http://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2016.pdf. Acesso em 11 de junho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Relatório SAEST 2017. Disponível em: http://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2017.pdf. Acesso em 11 de junho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Relatório SAEST 2018. Disponível em: http://saest.ufpa.br/documentos/relatorio/rel.2018.pdf. Aceso em 21 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução nº 762, de 20 de outubro de 2017. Aprova a Criação da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, CONSUN, 2017a. Acesso em 25 de abril de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução nº 763, de 20 de outubro de 2017. Aprova o Regimento da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, CONSUN. Acesso em: 25 de abril de 2019